

Projeto: Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

PN: 15.9060.3-001.00

## Termos de Referência

### **“Consultoria pra Elaboração de Mapas e Análises Geoespacializadas para o Plano Municipal de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica do Município de Santos, SP”**

## 1. Introdução

Impactos da mudança do clima já são observados na atualidade. De acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), já se têm registro da intensificação e do aumento da frequência de eventos extremos no Brasil nos últimos anos. Em algumas regiões do país, precipitações violentas provocaram deslizamentos, enchentes e inundações. Em outras, períodos de seca extrema comprometeram o abastecimento de água, a produção agrícola e a geração de energia. Nas regiões costeiras, o aumento do nível do mar associado às tempestades e ventos fortes causaram danos às infraestruturas e prejuízos socioeconômicos em diversos municípios. Em resumo, os efeitos adversos da mudança do clima impactam os sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.

Paralelamente, além dos riscos climáticos, os municípios têm enfrentado as consequências do rápido processo de urbanização ocorrido no país nos últimos 50 anos. Com esse processo, novos desafios foram postos aos gestores públicos locais e tomadores de decisão como, por exemplo, conciliar o desenvolvimento e a expansão das cidades com a conservação ambiental para redução da vulnerabilidade e da exposição da população aos efeitos da mudança do clima.

Visando subsidiar os diferentes níveis de governo no acesso a metodologias e informações adequadas para a realização de análises de vulnerabilidade, a gestão do risco e a elaboração de medidas de adaptação, o governo federal desenvolveu o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA, 2016), instrumento que visa a redução do risco climático do país e implementação da Agenda Nacional de Adaptação.

Nesse contexto, foi desenvolvido, no âmbito da Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, o projeto “Apoio ao Brasil na implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à

## 1º ADENDO

Mudança do Clima (ProAdapta)”, que visa contribuir para o aumento da resiliência climática do Brasil por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Deste modo, por um lado o Ministério do Meio Ambiente é fortalecido em sua função de coordenação. Por outro lado, nos setores, estados e municípios selecionados são desenvolvidas capacidades para que políticas públicas, métodos e instrumentos para a transversalização (*mainstreaming*) da adaptação à mudança do clima, bem como medidas replicáveis de adaptação, possam ser implementadas. Paralelamente o projeto promove, por meio de medidas de sensibilização, a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima. Finalmente, as lições aprendidas do projeto são disseminadas tanto em nível nacional como internacional.

O projeto ProAdapta foi objeto de um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Alemanha, que resultou em uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil - (MMA) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha - (BMUB). A agência implementadora do projeto é a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

No âmbito desta iniciativa, o ProAdapta visa fornecer apoio técnico aos parceiros selecionados, em temas relacionados aos objetivos listados acima, por meio de atividades, tais como: assessoria técnica, consultorias especializadas, estudos, realização/apoio/participação em eventos, capacitações, intercâmbio de experiências, comunicação e sensibilização, entre outros.

Em relação à sua abordagem junto aos Estados e Municípios, o ProAdapta possui como objetivo apoiar a consideração dos riscos climáticos nas políticas e estratégias locais e a implementação de medidas de adaptação inovadoras. Dentro deste escopo, as seguintes atividades poderão ser apoiadas pelo projeto, conforme a demanda:

1. Levantamento dos processos e procedimentos administrativos no setor público, relevantes para a adaptação, com vista para a necessidade de avaliações do risco climático;
2. Elaboração de análises de impacto e vulnerabilidade, de acordo com a demanda, como base para a identificação das necessidades de adaptação;
3. Realização de análises (econômicas) dos riscos (danos e prejuízos abruptos e gradativos) da mudança do clima, bem como do custo/benefício da adaptação;
4. Realização de análise dos pontos de entrada para a adaptação, p. ex. nas políticas, planos e programas de incentivos existentes; apoio à consideração dos riscos climáticos /medidas de adaptação nos respectivos processos; utilização de medidas de AbE.

## 1º ADENDO

5. Apoio à inserção da adaptação em planos, estratégias e políticas, conforme demanda e por meio de contribuições de especialistas;
6. Realização de medidas piloto de gestão de riscos climáticos nos processos de planejamento em nível estadual e municipal;
7. Articulação, apoio e sistematização de medidas de adaptação piloto inovadoras e replicáveis; e
8. Eventos para troca de experiências.

## 2. Contexto

O PNA envolve um conjunto de estratégias setoriais com importante sinergia com as políticas e instrumentos de gestão municipal. Nesse sentido, destaca-se a estratégia para cidades e para o clima urbano, que tem características específicas. O clima urbano e seus elementos, tais como temperatura, umidade, radiação e vento, são diretamente influenciados pela urbanização e configura microclimas peculiares às cidades. Esse microclima é o resultado das transformações sucessivas para a construção de infraestruturas urbanas e da redução da cobertura vegetal do solo. Todos esses fatores contribuem para o aumento da temperatura nas cidades e para a formação de ilhas de calor, característica universal do clima urbano, além dos fenômenos inversão térmica.

O microclima urbano tem forte impacto na saúde das populações urbanas, cujo percentual é de 76% no Brasil, conforme dados do IBGE de 2017. Do ponto de vista dos ecossistemas, esses impactos envolvem o conjunto de processos provedores de serviços ambientais necessários à qualidade de vida nas cidades.

Nesse contexto, o projeto “*Apoio ao Brasil na Implantação da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PROADAPTA*” visa favorecer o aumento da resiliência urbana climática no Brasil, por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação (*outcome*), mediante o apoio ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) nos processos de coordenação e cooperação entre as três esferas de governo, setores econômicos e sociedade civil, uma vez que os impactos da mudança do clima ocorrem em escala local, mas as medidas de enfrentamento dependem de ações coordenadas e implementadas em diferentes estratégias setoriais ou temáticas.

O PROADAPTA está estruturado em três componentes (*outputs*) que visam o alcance dos seguintes resultados:

1. Apoio ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) na coordenação da implementação da agenda nacional de adaptação, por meio do aprimoramento dos mecanismos de coordenação de

## 1º ADENDO

fóruns de intercâmbio entre atores centrais nos diferentes níveis de governança; implementação da estratégia de desenvolvimento de capacidades para implementação do PNA; monitoramento e avaliação do PNA; desenvolvimento e implementação de uma estratégia de financiamento e comunicação do PNA.

2. Inserção da consideração do risco climático nas políticas e estratégias de ministérios setoriais, estados e municípios selecionados e implementação de medidas de adaptação inovadoras em nível local, por meio de análises de: impacto e vulnerabilidade, custo-benefício da adaptação e pontos de entrada para consideração de riscos climáticos em processos de planejamento e decisão; realização de experimentos pilotos: gestão de risco climático nos processos de planejamento e medidas de adaptação.
3. Sensibilização de atores do setor privado e da sociedade civil para as oportunidades e os riscos da mudança do clima e o uso de opções de adaptação.

No âmbito do Componente 2 do ProAdapta e considerando que a Prefeitura de Santos já possui Comissão Municipal de Adaptação à Mudança Do Clima – CMMC criada em 2015<sup>1</sup>, bem como Plano Municipal de Mudanças Climáticas, o desenvolvimento do Plano Municipal da Mata Atlântica emerge como apoio às políticas ambientais, territoriais e climáticas do município.

Devido ao seu alto grau de vulnerabilidade, o bioma da Mata Atlântica passou a ser protegida por lei singular, a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006). A Lei da Mata Atlântica prevê a criação de Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA). A partir do PMMA foi possível estabelecer diferentes realidades em diferentes contextos, se mostrando vantajoso na orientação de ações públicas e privadas empenhadas em possibilitar a conservação dos remanescentes de biodiversidade existentes na Mata Atlântica.

O município de Santos possui texto base sobre o PMMA datado do ano de 2015, que deve ser encaminhado e, ainda, não está compatível com a recente revisão do Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo do município (2018) e com o Plano Municipal de Mudanças do Clima (2016), além de demais políticas de planejamento ambiental e urbano municipal e regional. Com apoio do ProAdapta, a Etapa I do PMMA possibilitou uma análise estratégica do plano e sugeriu o histórico e monitoramento de remanescentes de Mata Atlântica no município. Com a finalidade de dar prosseguimento aos trabalhos previamente desenvolvidos, o presente TDR tem como objetivo o apoio no desenvolvimento do PMMA de Santos no que tange a espacialização e o

---

1

De acordo com Decreto Municipal nº 7.293 de 30 de novembro de 2015.

## 1º ADENDO

geoprocessamento de imagens e mapas referentes a dinâmica de uso do solo e sua influência na recuperação e conservação da Mata Atlântica no território do município de Santos.

De acordo com o Decreto Nº 8.896 de 19 de março de 2020<sup>2</sup>, o município de Santos encontra-se em estado de emergência devido à pandemia de coronavírus e segue medidas temporárias de enfrentamento da propagação e contágio. Desta forma, o presente TDR visando seguir as recomendações das autoridades competentes será desenvolvido a partir da adequação dos trabalhos para o ambiente virtual.

### 3. Objetivo Geral

A consultoria tem como objetivo dar continuidade ao processo de atualização do PMMA de Santos a partir do geoprocessamento de dados para a produção de mapas com informações quanto ao uso do solo, supressão vegetal, meio físico, regeneração de mata nativa e cruzamento de informações referentes às legislações do município de Santos pertinentes ao PMMA. A integração destes dados deve compor os mapas de apoio ao estudo sobre o Plano Municipal de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica no município de Santos/SP. Além disso, a consultoria visa apoiar à articulação e entrega de minuta contendo diagnóstico, diretrizes, estratégias e metas do PMMA. O objetivo da consultoria em geoprocessamento para o PMMA visa o apoio para os estudos e desenvolvimento de propostas de diretrizes e estratégias no âmbito do Plano Municipal de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica do município de Santos/SP. O trabalho deve cruzar o conjunto de informações secundárias fornecidas pela SEMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santos, SEDURB – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Santos, e outros órgãos ligados à prefeitura de Santos, ao governo do Estado de SP e ao Ministério do Meio Ambiente e realizar o levantamento de geoinformações disponíveis em diversas fontes, preferencialmente em instituições oficiais.

Deve reunir informações geoespacializadas públicas disponíveis sobre o meio físico, uso do solo, supressão e regeneração da vegetação nativa, mudança do clima. As seguintes legislações e documentos devem ser considerados: i. Plano Diretor; ii. Leis de Uso e Ocupação do Solo das Áreas Insular e Continental; iii. Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR; iv. Plano Municipal de Regularização Fundiária; v. Plano Municipal de Saneamento; vi. Plano Municipal de Habitação; Plano Municipal de Mobilidade; vii. Planos de Manejo de Unidades de Conservação; viii. Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista – ZEE-BS; ix. Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista - PDRMBS; x. Plano de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista; xi. Zoneamento Geomineiro da Baixada Santista; xii. Plano de

---

<sup>2</sup> <https://www.egov.santos.sp.gov.br/legis/document/stats.php?type=r&n=999>

## 1º ADENDO

Turismo da Baixada Santista; xiii. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos - PDZPS; xiv. Consulta a projetos incidentes com impacto significativo na conservação e recuperação da Mata Atlântica, sem prejuízo de outros instrumentos que vierem a ser necessários a ser acordado entre GIZ, GT PMMA e equipe a ser contratada.

A integração destes dados geoespacializados deve compor os mapas de apoio ao estudo sobre o Plano Municipal de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica no município de Santos/SP, em escala espacial e temporal (viáveis) a ser acordada com a coordenação do trabalho (GT PMMA e GIZ).

O documento do PMMA deve identificar, com apoio do trabalho de geoprocessamento, os principais conflitos potenciais e existentes relativos ao desenvolvimento urbano e territorial do município. Deve apontar diretrizes, estratégias e metas para a harmonização dos conflitos entre os principais planos oficiais estudados que impactam o território. Deve apontar soluções para o enfrentamento, a prevenção e a mitigação/compensação de danos em face de ocupações (legais ou ilegais) que comprometam funções ecossistêmicas e climáticas da Mata Atlântica e das áreas verdes e protegidas no município.

## 4. Produtos e Prazos

O contrato terá duração entre o período de **11/08/2020 a 30/07/2021**, sendo previstos até **79 dias de trabalho**. O prazo de entrega do produto final está marcado para o dia **30/05/2021**, sendo o fim do contrato previsto para **30 de julho de 2021**. Qualquer alteração de produtos e prazos deverá ser acordada entre as partes.

Todas as atividades desenvolvidas no contrato deverão, ao término do prazo estabelecido, gerar relatórios que serão entregues em cópias digitais à equipe da GIZ, para posterior encaminhamento aos demais supervisores, para aprovação e liberação para pagamento. O início do contrato está previsto para dia **11/08/2020**.

Os produtos esperados, prazos de entrega e especificações são os seguintes:

**Produto 1:** Apoio para mapas e análise.

Atividades esperadas: 1.1 Mapas meio físico, 1.2 Mapas de uso e ocupação do solo nos últimos 5 anos; 1.3 Mapas de supressão/regeneração de vegetação nativa nos últimos 5 anos; 1.4 Identificação das principais frentes e vetores de desmatamento.

**Produto 2:** Cruzamento de dados geoespaciais.

## 1º ADENDO

Atividades esperadas: 2.1 Mapas de uso do solo e supressão/regeneração de vegetação nativa com informações cruzadas conforme planos e documentos indicados no item 3.

**Produto 3:** Apoio com informações geoespacializadas para oficinas e reuniões, e Espacialização dos serviços ecossistêmicos relevantes para AbE.

Atividades esperadas: 3.1 Apoiar com informações geoespaciais oficinas e reuniões técnicas do COMDEMA e CMMC; 3.2 Espacialização dos resultados alcançados nas oficinas; 3.3 Variações e impactos climáticos mais relevantes para AbE; 3.4 Indicações de áreas de serviços ecossistêmicos.

**Produto 4:** Mapas e análises geoespacializadas das ações e objetivos estratégicos do PMMA.

Atividades esperadas: 4.1 Espacialização das ações e objetivos do PMMA (e.g. áreas de conservação, recuperação, conflito ambiental); 4.2 Espacialização das ações e objetivos estratégicos do PMMA em cruzamento com os planos referidos na fase anterior.

~~**Produto 5:** Entrega de minuta do PMMA com ajustes indicados pelo COMDEMA.~~

~~Atividades esperadas: 5.1 Minuta final do PMMA com respectivos mapas ajustados.~~

Junto à entrega dos diagnósticos e produtos se espera que o/a consultor/a produza mapas com análises geoespacializadas das ações e objetivos estratégicos do PMMA em cruzamento com os planos e políticas analisadas, em constante comunicação junto ao consultor GIZ responsável pela assessoria jurídica e política. Devem ser produzidos, no mínimo, os seguintes mapas:

- a) Mapa de dinâmica anual de desmatamento considerando no mínimo os últimos cinco anos até 2019, com foco em regiões mais críticas do município;
- b) Mapa de áreas prioritárias para conservação da Mata Atlântica considerando áreas protegidas e potenciais corredores ecológicos e espaços verdes urbanos;
- c) Mapa de pressão sobre áreas prioritárias para conservação, que considere os diferentes planos oficiais municípios de implantação de infraestrutura, habitação, saneamento, áreas de risco, expansão portuária dentre outras;
- d) Mapa de áreas prioritárias para recuperação/ regeneração considerando inclusive áreas de risco;
- e) Mapa de áreas disponíveis para compensação florestal em apoio ao licenciamento de novas obras e da expansão nas áreas previstas nos e políticas planos locais;

## 1º ADENDO

- f) Mapa de áreas relevantes para recuperação e conservação considerando impactos relacionados às mudanças climáticas e Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE);
- g) Mapa síntese sobrepondo e recomendando compatibilização entre os diferentes “zoneamentos”, planos e projetos incidentes com impacto na conservação e recuperação da Mata Atlântica e uso do solo no município;
- h) Além da produção dos mapas a consultoria deve prover apoio técnico de georreferenciamento ao diagnóstico, às análises de pressão e propostas de diretrizes e estratégias para conservação, proteção e recuperação da Mata Atlântica no município.

**Produto 5:** Entrega de minuta do PMMA com ajustes indicados pelo COMDEMA.

Atividades esperadas: 5.1 Minuta final do PMMA com respectivos mapas ajustados.

Por meio de convênio entre GIZ e Prefeitura Municipal de Santos será disponibilizado ao consultor/a conjunto de informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da consultoria.

<b>ETAPAS PRODUTOS</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS</b>	<b>DIAS DE TRABALHO</b>	<b>DATA PREVISTA</b>	<b>FORMATO DO PRODUTO</b>
<b>Produto 1:</b> Apoio para mapas e análise.	1.1 Mapas meio físico, 1.2 Mapas de uso e ocupação do solo nos últimos 5 anos; 1.3 Mapa de dinâmica anual de desmatamento considerando no mínimo os últimos cinco anos até 2019, com foco em regiões mais críticas do município; 1.4 Identificação das principais frentes e vetores de desmatamento; 1.5 Mapa com identificação dos impactos das mudanças do clima na Mata Atlântica da região.	14	25/07/2020 <b>(ENTREGUE)</b>	Até 5 mapas em formato shapefile conforme descrição das atividades; Relatoria em formato .doc
<b>Produto 2:</b> Cruzamento de dados geoespaciais.	2.1 Mapa de pressão sobre áreas prioritárias para conservação, que considere os diferentes planos oficiais regionais e municipais conforme indicados no item 3 do TDR; 2.2. Mapa de áreas prioritárias para conservação da Mata Atlântica considerando áreas protegidas e potenciais corredores ecológicos e espaços verdes urbanos; 2.3 Mapa de áreas disponíveis para compensação florestal em apoio ao licenciamento de novas obras e da expansão nas áreas previstas nos e políticas planos locais	14	19/08/2020 <b>(ENTREGUE)</b>	Até 3 Mapas em formato shapefile conforme descrição das atividades; Relatoria em formato .doc

**1º ADENDO**

<p><b>Produto 3:</b> Apoio com informações geoespecializadas para oficinas e reuniões, e Espacialização dos serviços ecossistêmicos relevantes para AbE.</p>	<p>3.1 Apoiar com informações geoespaciais oficinas e reuniões técnicas do COMDEMA e CMMC; 3.2 Espacialização dos resultados alcançados nas oficinas; 3.3 Variações e impactos climáticos mais relevantes para AbE; 3.4 Mapa de áreas relevantes para recuperação e conservação considerando impactos relacionados às mudanças climáticas e Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE); 3.5 Mapa de áreas prioritárias para recuperação considerando inclusive áreas de risco</p>	<p>11</p>	<p>28/09/2020 <b>(ENTREGUE)</b></p>	<p>Apresentação feita no Condema. Powerpoint. Máximo 20 slides. Até 4 mapas em formato shapefile conforme descrito nas atividades; Relatoria em formato .doc</p>
<p><b>Produto 4:</b> Mapas e análises geoespecializadas das ações e objetivos estratégicos do PMMA.</p>	<p>4.1 Espacialização das ações e objetivos do PMMA (e.g. áreas de conservação, recuperação, conflito ambiental); 4.2 Espacialização das ações e objetivos estratégicos do PMMA em cruzamento com os planos referidos na fase anterior; 4.3 Mapa síntese sobrepondo e recomendando compatibilização entre os diferentes “zoneamentos”, planos e projetos incidentes com impacto na conservação e recuperação da Mata Atlântica e uso do solo no município</p>	<p>7</p>	<p>15/01/2021 <b>(ENTREGUE)</b></p>	<p>Até três mapas elaborados conforme descrição das atividades, em formato shapefile; Relatoria em formato .doc</p>
<p><b>Produto 5:</b>  Entrega dos mapas anexos à minuta do PMMA com ajustes indicados pelo COMDEMA  <b>Entrega de minuta do PMMA com ajustes indicados pelo COMDEMA</b></p>	<p>5.1 Minuta final do PMMA com respectivos mapas ajustados</p>	<p>6 33</p>	<p>09/12/2020  30/05/2021</p>	<p>Elaboração, revisão e ajuste dos mapas em formato conforme descrição na atividade 5.1 em formato shapefile; Documento em formato .doc</p>
<p><del><b>Produto 6:</b>  Desenvolvimento de mapas de apoio a atualização do PMMCS</del></p>	<p><del>6.1: Análise e compatibilização de mapas desenvolvidos para o PMMA para as necessidades do Plano municipal de mudança do clima de Santos (PMMCS); Atividade 6.2: Mapas de apoio ao PMMCS com auxílio de equipe de TDR específico. Interlocução com Produto 6: Desenvolvimento de mapas de apoio a atualização do PMMCS 120 12 08/04/2021 Mapas em formato shapefile conforme descrição de atividades.; Documento em formato .doc 15 equipe específica do PMMCS com apoio da prefeitura.</del></p>	<p><del>12</del></p>	<p><del>08/04/2021</del></p>	<p><del>Mapas em formato shapefile conforme descrição de atividades.; Documento em formato .doc</del></p>
		<p><b>TOTAL DIÁRIAS</b></p>	<p><b>63</b>  <b>79</b></p>	

## **5. Requisitos de qualificação**

Para execução das atividades definidas previamente, o presente TdR busca 1 (uma) pessoa especialista em Geoprocessamento (sênior) com formação na área ambiental (Geografia, Geologia, Engenharia Ambiental) e no mínimo 10 anos de experiência em produção e análise de dados geoespaciais para subsidiar a elaboração e/ou revisão de políticas públicas. Essa pessoa será *responsável pela* análise e coleta dos dados secundários a serem fornecidos pelas instituições oficiais; produção dos produtos relacionados a mapas que subsidiam e/ou compõem o PMMA.

## **6. Apresentação dos Produtos**

Os produtos deverão ser apresentados em conteúdo e linguagem compatíveis com a sua destinação, devidamente digitalizados e formatados, e obedecendo aos critérios definidos em reunião de alinhamento. Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar para avaliação da GIZ e Prefeitura de Santos que terão prazo de 15 (quinze) dias para se manifestarem. Após a manifestação, a (o) contratada (o) deverá apresentar a versão final, onde deverão ser atendidas as recomendações que venham a ser solicitadas para o aprimoramento do produto.

A versão final dos produtos deverá ser entregue em meio digital, em formatos .doc e .pdf e os mapas em formato shapefile ou outro indicado pelo parceiro local, compatíveis para impressão colorida em impressora laser, com os textos em formato A4 e fonte Calibri tamanho 11. Todas as fontes de consulta, gráficos, imagens ou fotografias deverão ser citadas na bibliografia, que deverá seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os quadros, se houver, deverão especificar as fontes dos dados apresentados.

## **7. Pagamento**

A aprovação final dos serviços/produtos e autorização para pagamento estará a cargo da Sra. Ana Carolina Câmara, Diretora do Projeto Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima/GIZ.

## **8. Código de Conduta**

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo

## 1º ADENDO

regrado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o (a) consultor (a) ou empresa selecionado (a) deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

- **Postura pessoal**

- Escute e dê crédito a ideias de suas (eus) colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
- Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada (o) pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
- Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
- Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;

- **Ao prestar o serviço**

- Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas (os) para suas (seus) colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;
- Procure estar sempre informada (o) sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;

- **Orientações corporativas**

## **1º ADENDO**

- Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

Brasília - DF, 06 **20** de abril de 2021.

### **Ana Carolina Câmara**

Diretora

Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à

Mudança do Clima – PROADAPTA

Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH